

Boletim do Centenário

1

BOLETIM DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO & REPÚBLICA

MARÇO DE 1987

Abolição & República

Este Boletim, como tudo, tem uma história. Começa com os encontros visando a criação da Comissão Inter-institucional para os Centenários da Abolição e da República, que o Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa vinha promovendo desde setembro de 1985.

Nesses encontros foram levantados os interesses e potencialidades de muitas das mais importantes instituições de ensino, pesquisa e documentação sediadas no Rio de Janeiro, como se poderá ver em nosso expediente.

O Boletim do Centenário (Abolição & República), é nossa primeira realização conjunta, aberta ainda, e sempre, a novas adesões.

Nossas intenções são claras: uma discussão ampla, renovadora e, esperamos, fecunda, desses importantes marcos históricos.

Pretendemos ser um ponto de con-

vergência, um elo de ligação entre brasileiros, entre a Academia e a sociedade toda.

Duas palavras de agradecimento: à Fundação Ford, em primeiro lugar, pelo apoio financeiro; ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, que nos cedeu espaço e acomodações.

Derresto, contamos com o apoio e a colaboração de todos.

Um dos nossos objetivos primordiais é a divulgação das mais diversas iniciativas referentes aos centenários, com ênfase, primeiro, nas questões vinculadas à Abolição e ao negro no Brasil. As notícias devem ser encaminhadas à redação.

Nossas portas só estarão fechadas para os que negam a convivência e a cidadania. Que Cristo Rei, branco de Oxalufá — como reza nosso primeiro entrevistado — nos permita a construção dos elos.



Análise do Discurso

O Museu da República está desenvolvendo projeto de pesquisa visando as comemorações dos Centenários da Abolição e República. O projeto parte de uma aproximação entre historiografia e literatura e pretende estudar as questões referentes a propriedade e trabalho presentes no discurso político e literário.

O projeto prevê a integração entre pesquisadores em história e literatura. Além das fontes bibliográficas, serão utilizados discursos parlamentares, manifestos e panfletos políticos, artigos e crônicas jornalísticas, romances, contos, dramas, poemas, folhetins e peças teatrais.

O estágio atual do projeto compreende o levantamento de dados biográficos referentes às elites políticas, a coleta dos discursos produzidos nos jornais da época, e as discussões entre pesquisadores do Centro de Estudos de História da República envolvidos no projeto, no tocante à metodologia a ser adotada na análise das diversas modalidades de discursos. O Museu da República está situado à Rua do Catete, 171 — Rio de Janeiro, RJ — CEP 22220.

Relações Raciais no Brasil

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos, contando com recursos da Fundação Ford, iniciou programa de atividades para aprofundar os conhecimentos sobre o negro e as relações raciais no Brasil.

Além de um estudo sobre literatura negra contemporânea, as linhas de pesquisa em execução, apoiadas nas informações estatísticas mais recentes do IBGE, pretendem caracterizar aspectos da situação sócio-econômica e demográfica dos grupos raciais até agora pouco estudados.

Visando ainda estimular a produção de conhecimentos na área, o CEEA promove um concurso nacional de monografias sobre o negro após a Abolição, e um concurso de dotações de pesquisa sobre temas afro-brasileiros.

Memória da Negritude
pretende levantar a vivência
da cor no Brasil.

Começamos com o axé de
Gilberto Gil, em entrevista
concedida no dia 21 de
novembro no Rio.
Na página 3.

Mais notícias na p. 6

OPINIÃO

Dos Arquivos da Escravidão

Os mitos costumam ser duradouros. Por isso, nunca é demais combatê-los. Um desses mitos é, sem dúvida, o de que a história da escravidão estaria irremediavelmente perdida por causa da chamada "queima dos arquivos". No ano passado, na última Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, em São Paulo, a Prof.^a Manuela Carneiro da Cunha, autora de *Negros, estrangeiros*, nos falava da reação que provocara ao revelar, em Paris, que pretendia estudar a escravidão no Brasil. Enquanto expunha o objeto de suas preocupações intelectuais, uma amiga se mostrava estupefata com a escolha de um tema cujo suporte documental — imaginava ela — fora inteiramente transformado em cinzas.

Eduardo Fonseca Jr. dedica o seu *Dicionário Yorubá (Nagô) — Português* a diversas autoridades e, de forma muito especial e irônica, a "Rui Barbosa por ter mandado queimar todos os arquivos existentes neste país sobre o tráfico de escravos africanos, deixando-nos sem dados, acervo e, principalmente envergonhados por não ter como codificar nossas origens." José Alípio Goulart, da mesma forma, abre o seu *Da fuga ao suicídio*, trabalho dedicado à rebeldia negra, reproduzindo a decisão ministerial de 14 de dezembro de 1890 sob o seguinte título: "eis a razão pela qual jamais se poderá escrever a história completa da escravidão negra no Brasil."

Trata-se, como se pode ver, de uma acusação grave. E recorrente. E de tanto ser repetida já está quase virando verdade. Os nossos arquivos, contudo, estão cheios de papéis referentes à escravidão. E Rui pode ser acusado de tudo, menos de ser ingênuo a ponto de imaginar que fosse possível apagar, dois anos depois, uma "mancha" de 4 séculos. O que está em jogo é outra coisa, evidentemente.

Desde as primeiras leis emancipacionistas que os proprietários de escravos levantam a questão da indenização. As pressões começam com o debate sobre a Lei do Ventre Livre (1871), crescem com a dos Sexagenários (1885), e atingem o clímax com a de 13 de maio de 1888. As pressões — e quem conhece este país pode imaginar — foram tremendas. Basta lembrar que a discussão do Projeto Dantas — que concedia liberdade aos 60 anos — atravessou três gabinetes (Dantas, Saraiva e Coteigipe), e só passou depois que aquele limite, já por si excessivo, foi ampliado em 5 anos.

Depois de 13 de maio, que veio sem indenização, os ex-proprietários, poderosos e influentes, aumentam as pressões. O chamado *Manifesto Paulino*, para as eleições que teriam lugar no ano seguinte, recomendava explicitamente que fosse reconhecido, aos ex-senhores, o direito à indenização, uma primeira grande "socialização das perdas" na História do Brasil.

Contra isso é que se levantam os abolicionistas, o deputado Joaquim Nabuco à frente, e propõem a destruição dos livros de matrícula existentes no Ministério da Fazenda.

Em pleno Governo Provisório da República as pressões não diminuem, ao contrário, organiza-se um banco que tinha a finalidade exatamente de concentrar os fundos para a indenização dos antigos senhores ou seus herdeiros. Esta iniciativa era encabeçada por Anfriso Fialho, líder republicano com grande penetração nos meios militares e, portanto, no Governo.

O Ministro da Fazenda responderia ao requerimento pedindo autorização para esse banco com o seguinte despacho (*Diário Oficial*, 12-11-1890): "Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional, se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos não onerando o Tesouro Indeferido."

No dia 14, ainda sob pressão dos grandes proprietários, Rui assina o despacho ordenando a queima dos livros e documentos "em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entrava na comunhão brasileira" (*Diário Oficial*, 18-11-1890). Trata-se, como se pode perceber, de pura retórica para encobrir a finalidade verdadeira: pôr uma pá de cal nas pretensões de escravocratas impenitentes. O fato chegou a confundir historiadores como Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*), mas não a Lacombe (*Fontes da História do Brasil: perigos de destruição*), Honório Rodrigues (*A pesquisa histórica no Brasil*) ou Robert Slenes (*O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*). Também Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, revela os "motivos ostensivamente de ordem econômica" que teriam guiado o ministro.

Chegamos ao ponto. Queimar documentos, como sabemos, não é uma atitude louvável. É o tipo da coisa que exaspera os pósteros. Mas, o que vale mais, a vida concreta, o real com suas emergências, ou o assunto dos historiadores? Eu não tenho dúvida que a vida vale mais. Não pensamos assim quando, em 1789, os camponeses invadem castelos e cartórios para queimar os papéis onde estava firmada a sua submissão? Os historiadores condenam o campesinato francês por esta "queima dos arquivos da servidão"?

O ato de Rui Barbosa foi um ato político, de vida pulsante. Outra coisa é considerar, depois desse ato político, a "queima comemorativa", festiva, digamos, que se lhe seguiu. Tal o ímpeto desse movimento que, já em 1891, no dia 13 de maio, inaugurou-se na sede do Lloyd Brasileiro, no Rio, a seguinte placa:

Eduardo Silva

"Aqui foram incinerados os últimos documentos da escravidão no Brasil"

Em que pese o otimismo algo ingênuo desse bronze, as festividades do 13 de Maio levaram muita coisa importante para a terra do nunca mais. E o que é mau não dura pouco. Ainda no início do século, por exemplo, o diretor do Arquivo da Diretoria do Interior e Justiça, em Niterói, encontrou sob a guarda de sua repartição, diversos documentos relativos à escravidão. Dirigiu — e foi prontamente atendido — um pedido ao Secretário-Geral do Estado. Como se pode ler no *Jornal do Brasil* de 11-5-1904, o Sr. Diretor queria, "a exemplo do que se procedeu nas repartições da União ao tempo do Governo Provisório (...)" mandar incinerar os restantes livros e mais documentos (...) como singela, porém significativa comemoração da lei áurea de 1888."

Está perfeitamente claro, porém, que essa queima "não-política" no sentido grande, mas comemorativa, *engrossadora*, como se dizia na época, é uma coisa muito diferente: aqui já não pulsa o quente da vida. Podemos, portanto, salientar três pontos:

1.º) O gesto de Rui, antes de ser prova de ingenuidade, ou de maquiavelismo contra a "raça negra", foi um golpe contra a "socialização das perdas" da escravidão.

2.º) Não impossibilitou, nem de longe, as pesquisas sobre as "nossas origens". A bibliografia sobre a matéria é imensa e continua dando provas de vitalidade.

3.º) Estamos longe de conhecer — já não digo levantar ou catalogar —, mas conhecer mesmo, uma massa documental considerável.

Ainda uma palavra, para terminar. Defende-se freqüentemente, nos meios acadêmicos, a idéia de que não podemos conhecer a História do Brasil sem a História de Portugal. Trata-se de uma proposta inteiramente justa, é claro. Mas o que dizer da História da África, mais ausente de nossos currículos do que a do Extremo Oriente? Trata-se de um verdadeiro escândalo educacional, dada a importância do tema não só para a História, mas para a própria construção e integração da auto-imagem do povo deste país. Eis aqui, portanto, um combate justo pela história.

Artigo apresentado na V Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (São Paulo, 1986), e publicado, com ligeiras modificações, no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 10/05/86, 1.º Caderno, p. 11). Eduardo Silva é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa.

BOLETIM DO CENTENÁRIO — Abolição & República
Publicação Trimestral

Conselho Editorial
Beatriz Nascimento, Carlos A. Hasenbalg, Eduardo Silva.
Redator
Márcio Salgado
Projeto Gráfico
Angelo Venosa
Secretária
Maria Rosalina Oliveira

Redação: Rua da Assembléia, 10, sala 501, Rio de Janeiro, RJ — CEP 20011. Tels.: 224-8622, ramal 59 e 221-3536.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Apoio: Fundação Ford.

Comissão Interinstitucional para os Centenários da Abolição e da República: Beatriz Nascimento (Grupo de Trabalho André Rebouças), Carlos A. Hasenbalg (IUPERJ/CEAA), Eduardo Silva (FCRB), Helena

Dodd Ferrez (MHN), Ismênia de Lima Martins (UFF), Júlio César de Souza Tavares (IPCN), José Luiz Werneck da Silva (IFCS/UFRJ/MR), José Murilo de Carvalho (FCRB/IUPERJ), Leila Capella (AGCRJ), Lená Medeiros de Menezes (UERJ), Luiz Sérgio Dias (Museu Histórico da Cidade), Lygia Cunha (BN), Margarida de Souza Neves (PUC), Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Instituto Nacional do Folclore), Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC), Norma de Góis Monteiro (Arquivo Nacional), Paulo Henrique Ozório Coelho (FCRB), Yvonne Maggie (UFRJ).

MEMÓRIA DA NEGRITUDE

Gilberto Gil

Raízes Brasileiras

BC — Começa com essa coisa de ser negro, filho de médico, a infância...

GIL — Meu pai médico. Meu pai se formou em Medicina em 1939 e minha mãe professora. Ambos de Salvador. Ambos pelo que ficamos sabendo depois, filhos de famílias de classe "quase média", mas poderia considerar na época classe média, principalmente para negros que conseguiram, digamos assim, graduações a nível universitário, ou quase universitário, como no caso de minha mãe, professora primária. É de se convir que eles eram classe média. Meu pai, por exemplo, vinha de uma família já de professores, minha avó, a tia dele, que era irmã do pai dele, tinha falecido muito cedo, logo que eles tinham nascido, os irmãos. Então minha avó tomou a tutela da família. Ela era professora, professora de muita projeção na cidade de Salvador, foi educadora de vários futuros líderes proeminentes da comunidade em vários setores, enfim, ela foi uma negra de muita força, de muita ascendência sobre uma fatia muito importante da sociedade de Salvador na época. Ela era uma pessoa também muito ligada, relativamente ligada ao cultivo de uma série de elementos da dimensão negra, da dimensão mais típica da raça. Ela era muito festeira, ela fazia festas, ela fazia os carurus de São Cosme e as festas de São João. Na Semana Santa ela fazia aquela comidaria toda para aquelas pessoas, enfim, ela tinha esse lado assim muito negro da personalidade. Ela era como uma mãe, uma daquelas grandes senhoras mães-de-santo ou qualquer coisa desse tipo. Só que ela já era, ela já tinha nessa atitude toda, um compromisso maior com a permeabilidade, digamos assim, daquilo pela coisa branca. Já havia um branqueamento muito nítido, um processo de cooptação, digamos assim, pela sociedade branca muito grande.



**Memória da Negritude
pretende levantar a vivência
da cor no Brasil.
Começamos com o axé de
Gilberto Gil, em entrevista
concedida no dia 21 de
novembro no Rio.**

LOGUM EDÉ
Ilustração do orixá: por Carybé

BC — Ela já não era, digamos, a mãe-de-santo analfabeta...

GIL — E isso que eu estou dizendo. O processo que eu digo é essa integração, essa migração do caráter da sociedade escrava, do contexto da comunidade totalmente subjugada para um contexto de mobilidade social que já vinha do meu bisavô, do pai dela que tinha sido coronel da Guarda Nacional.

BC — E ele era um homem de posses?

GIL — Meu avô era comerciante. Filho de escravo alforriado, ele se tornou já também uma espécie de líder. Ele teve uma parcela de poder legado pela sociedade branca porque ele se tornou uma espécie de zelador dos interesses brancos junto à comunidade negra. Uma espécie de intermediador. Daí talvez o fato dele ter chegado à Guarda Nacional, que era a polícia militar da época e ter chegado a coronel. Foi oficial da Guarda Nacional. Eles possuíam terras, uma boa parte do centro da cidade de Salvador, aquela parte que fica ao lado do Dique, o Jogo do Carneiro, o Boulevard Suíço, o Boulevard América, aquela parte toda, tanto que as fontes de águas holandesas, descobertas há pouco tempo que foram resgatadas e restauradas, eram da fazenda desse meu bisavô. Enfim, pôr aí então vocês vêm da onde vinha meu pai, a terceira geração elaborada desse processo de mediação, de integração dessas coisas negras e brancas...

BC — O preto doutor.

GIL — O mulato nesse sentido, a mulatice. O que eu não tenho dados precisos é o grau de miscigenação mesmo, da minha família. O meu bisavô seria filho de um alforriado, mas ele já seria mestiço, ele teria sido filho de uma escrava com um português ou uma coisa desse tipo. Isso não temos registros. A gente não sabe onde teria nascido. Ele era mulato, pelas fotografias. Minha tia e meu pai

são os únicos sobreviventes da família que são mulatos, não são negros puros.

BC — *E essa coisa de África, as origens, você apostaria em que?*

GIL — Eu tenho impressão que é Daomé, Nigéria. Pelo tipo físico, o rosto redondo, o nariz bem chato, esse nariz esparramado ocupando a parte frontal do rosto, os maxilares mais proeminentes, é bem típico de raças de África mais equatorial.

BC — *É lá que você arrepia?*

GIL — É, é nessa região. Foi na Nigéria, foi nessa região que a coisa bateu. Porque tem a parte norte do Senegal, dos negros mais altos, Costa do Marfim... Pela linha do meu pai, pelo menos eu acho, é um lado que vem dali, Daomé, Uganda, Nigéria. Essa esperteza, essa capacidade... Isso pelo lado de meu pai. Do lado de minha mãe é parecido; o rastreamento para trás é mais difícil na família dela. A gente não sabe para trás da mãe dela, antes da mãe dela a gente não sabe nada. É uma coisa mais diluída nessa mestiçagem, nessa miscigenação. Porque ela é bem mais clara. É mulata mesmo.

BC — *Já é essa coisa brasileira, essa mistura mais antiga...*

GIL — Já, já mais antiga, inclusive com índios no meio. Minha mãe tem elementos assim bem de origem indígena e tal. Então ela já foi professora formada, os outros dois irmãos dela também formados. O tio Plínio, também professor; um outro irmão dela veio trabalhar na navegação costeira brasileira e depois entrou para o Lloyd para fazer viagens internacionais, se tornou um andarilho do mundo. Passou anos nos EUA, na Europa, se tornou uma personalidade assim, um navegador e aventureiro dentro da família. Minha mãe ficou em Salvador e acabou se casando com meu pai e foram para o interior e aí é que voltarei àquele começo de conversa... Eu nasci em Salvador, fui levado para o interior ainda bem pequenininho, com um mês de nascido para Ituaçu, uma pequena cidade do sertão da Bahia, que no recenseamento de 1950 não chegava a 1000 habitantes na sede e ao mesmo tempo era um município já. Um município com todos os símbolos básicos da pequena *urbis*, da-

quele enclave urbano no sertão. Tinha a paróquia, o Fórum, o Juiz, os dois médicos da cidade, a Sede dos Correios e Telégrafos, o dentista, o promotor público, toda a reprodução do poder da cidade romana, da pequena *urbis* estava ali. E meu pai representando um papel importantíssimo de autoridade. Um dos eminentes próceres da cidade, um médico com importância social muito grande, uma carga religiosa também, aquela coisa mística do tratador, o Mágico, o Ossain. Mas você veja, numa comunidade de 1000 pessoas praticamente. Era conhecido lá. Então essa questão de negritude, do conflito, do choque entre negros e brancos era absolutamente diluído. Ele era de tal importância, de tal proeminência na cidade, enfim, a cor dele não importava. E veja, minha mãe professora primária do Grupo Escolar, uma educadora.

BC — *Sem contar que era uma cidade também de mestiços, mulatos.*

GIL — Também o prefeito, Seu Juvenal, logo depois da Guerra de 1945 era mulato também. Então essa questão não aparecia. Só foi aparecer para mim em Salvador, depois, já com 10 anos, quando voltei para fazer o curso ginásial sob a tutela dessa avó e da tia...

BC — *Da festeira?*

GIL — Sim, da festeira. Quando ouvi pela primeira vez a referência — Negro! — foi em Salvador. Negro... eu não entendia o que era. Quando apareceu o primeiro fato discriminatório já foi no colégio, no colégio Maristas, em Salvador, que era um colégio de elite, de padres fascistas ligados ao franquismo, padres espanhóis, a maioria deles de origem espanhola muito alinhados ao sistema fascista, à ideologia do fascis-

mo. Um colégio que atraía toda a elite dos grandes donos de terras da Bahia, os filhos dos fazendeiros, os filhos dos profissionais liberais mais bem-sucedidos da cidade de Salvador. Socialmente, eu era filho da elite do interior. Estava vindo para um colégio que a peneira era muito maior, porque era em Salvador. A maioria era branca, os filhos dos descendentes de portugueses, etc., das cidades do interior, dos comerciantes; então a questão racial, numa cidade como Salvador, muito maior na época, 1950/52, devia estar com 400.000 habitantes, já era uma cidade... capital do Estado. No meu colégio, por exemplo, tinha muitos alunos do Piauí, Ceará, do Pará, Alagoas, Sergipe, do norte de Minas Gerais, de Governador Valadares, de Nanuque, de Almenhara, toda essa área desembocava em Salvador, porque tinha essa grande Faculdade de Medicina, e todo mundo se preparava para essa coisa. Estudar na Bahia... Era o Rio depois Bahia os maiores centros universitários até mesmo mais que São Paulo. Ninguém procurava São Paulo nessa época. Era Salvador e Rio de Janeiro os dois centros. Aí é que aparece a questão da raça, da cor. Até então não havia mesmo a menor distinção. Eu não conseguia distinguir negros de brancos.

BC — *Como é essa coisa de descobrir-se negro?*

GIL — A primeira coisa foi surpreendente, porque eu dizia: "Meu Deus, existe um problema na minha vida que eu não sei de onde vem", não tinha explicações, não havia vivência pessoal de nenhuma daquelas questões, eram transferências absurdas que a sociedade fazia para mim de repente, de questões, de distinções que eu não tinha elementos para entender. Então absorvia apenas o caráter violento. Em geral, as primeiras discriminações foram feitas de caráter violento mesmo. Por exemplo, no recreio você ia brincar com os meninos e aí tinha um que dizia: — "Não se meta com a gente, seu negro!" Na sala de aula, por exemplo, um dia, o professor de matemática no curso de admissão, eu com 10 anos de idade fazendo curso



de admissão para prestar exames no ginásio no fim do ano. Um professor de matemática, que era irmão marista, era religioso, não era padre, mas religioso. Eu levantei o dedo para pedir explicação sobre uma questão, um problema matemático, e então ele disse assim: — "Fique quieto, seu negro boçal!", como uma coisa violenta, e alguns dos meninos deram risada, então a menção da condição negra veio junto com a repreensão, ele me repreendia. Então eu entendi que era uma coisa muito séria. Sentia o aspecto violento da discriminação. E daí em diante passei a associar a questão da discriminação racial à violência, comecei a... vieram os traumas e aí... pronto.

BC — *Mas você nada mais era que um garotinho cheio de charme...*

GIL — Tocava acordeom, fazia parte da Congregação Mariana, tocava no conjunto do colégio! Eu era levado no colégio pela minha tia, era todo almotadinho, o mais bem vestido da classe, minha farda era impecável.

BC — *Essas coisas não estavam conscientes em você, não? O fato de você arrumadinho...*

GIL — Não, não havia consciência de classe. Muito menos de raça!

BC — *10 anos fazendo admissão... Fazendo um supersucesso numa família de sucesso. Tudo bem. Mas você agora está na casa da sua tia festeira. E aí está recebendo uma outra coisa africana...*

GIL — Mas ainda não... Como já havia mencionado ela era também do mesmo jeito um sucesso na comunidade baiana. Como negra, ela era branca, professora dos grandes magistrados da Bahia. Os caras que vieram a ser governadores, secretários, grandes e ilustres juristas na Bahia. Ela recebia a elite baiana para as festas, os carurus. Era a ponte entre a elite e os negros. Nós morávamos num bairro de classe média pobre, com a prevalência de negros muito grande. O bairro de Santo Antônio, de Salvador. A casa dela era como se fosse a casa da Mãe Menininha do Gantois, onde iam os brancos, todos. A Casa de Tia Ciata no Rio, coisa desse tipo.

BC — *Porque a Tia Ciata fazia essa ligação também. Arranjava empregos como a Menininha e tal.*

GIL — Tem sido esse o papel. O papel do negro no Brasil, principalmente na Bahia e no Rio. Foram as grandes propiciadoras da integra-

MORENA

*Morena,
Morena
Mundo menino pequenino
Não tem cabeça pra pensar
Leva qualquer proposta a perder*

*Ah! Morena se o mundo cresce
Tudo OK morena
Cresce a esperança, sobe a maré.*

ção. Foram elas que fizeram. Foram as ex-mães de leite que acabavam ganhando lugar. De uma forma ou de outra, uma escapava, acabava sendo educada, se tornando professora, acabava continuando a tomar conta dos filhos da família, não só amamentando, alimentando, mas já educando, introduzindo nos hábitos da cultura negra, das festas, da comida, integrando os hábitos da sociedade branca com a sociedade negra, inventando o carnaval... É o Brasil moreno. Eu sou o representante típico dessa coisa, do mulato brasileiro, sou o fruto da negociação, eu herdo a cultura. É sempre nesse sentido: contestando não para o confronto, mas para a intensificação desse caráter, de uma coisa na outra.

BC — *Aliás, as coisas estão embutidas umas nas outras o tempo todo na História do Brasil. Essas respostas já foram dadas na prática...*

GIL — Claro! Os senhores se deitavam com as escravas desde o começo; fizeram a raça mulata mais do que em qualquer outro lugar no mundo. Essas são questões sérias. Então hoje quando a gente discute o racismo, a discriminação, toda essa coisa da força do colonizador, da imposição, do caráter impositivo, do empurrar o negro para um lugar secundário, etc., a gente discute mas não pode perder de vista o fato de que eles abriram as pernas! (risos). De cara! Abriram as pernas de cara... Isso é um fato que muda completamente a questão racial no Brasil em relação a qualquer outro lugar no mundo...

BC — *Nós já não temos mais solução... "Confundimos tanto as nossas pernas", não tem mais jeito.*

GIL — O sentido da democracia racial no Brasil é irreversível, porque não é político, nem ideológico, nem nada. É racial mesmo! É raça brasileira, uma raça miscigenada.

BC — *Se pensarmos em termos de apartheid no Brasil, é só pensar uma coisa dessa que a gente vê que não dá certo. Como é que separa?*

GIL — Como é que você vai tirar as empregadas domésticas de dentro das casas dos outros? Como é que se vai fazer o samba só para os negros, a umbanda só para os negros? Como é que se vai dizer ao branco que não vá reverenciara Mãe Menininha? Não tem, não existe... Na verdade, não há democracia racial plena, porque os resíduos, os quistos incrustados da intolerância burguesa mantêm certas dificuldades e tudo. Mas a nível da grande classe média e massa brasileira, isso é um processo resolvido, não existe. Você vai na classe pobre brasileira e não existe racismo. Não existe "este" racismo. Existem outras questões, transferências, não é? O fato da marginalidade ser um pouco impingida ao setor de maioria negra, isso de certa forma faz intensificar e recrudescer uma discriminação contra o negro, porque sendo místicos, são os mais marginalizados, a violência é maior nesta área, enfim, hoje em dia, os grandes problemas do país, os grandes problemas econômicos e sociais do país reacendem uma certa onda racista...

IMPRESSO

Boletim
do Centenário

Sim, desejo continuar recebendo o BOLETIM DO CENTENÁRIO (Abolição & República).

Nome: _____
 Instituição: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 CEP: _____ Tel.: _____
 Profissão: _____

BOLETIM DO CENTENÁRIO
 (Abolição & República)
 Rua da Assembléia, 10
 Sala 501 CEP 20011
 Rio de Janeiro — RJ
 Tels.: 221-3536
 224-8622, ramal 59

Guia de Fontes

O Arquivo Nacional está trabalhando na elaboração do *Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*. O Guia Brasileiro integra o Programa de Levantamento de Fontes para a História das Nações patrocinado pelo Conselho Internacional de Arquivos e a UNESCO, que já gerou os volumes relativos às fontes para a História da África na República Federal da Alemanha, Espanha, França, Suécia, Países Baixos, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Portugal.

No caso brasileiro, à questão da África somaram-se da Escravidão e do Negro na Sociedade Brasileira após 1888, pela oportunidade de se resgatar na conjuntura das comemorações do Centenário da Abolição, a memória desse contingente da população.

Pretendem-se recuperar todos os tipos de documentos (escritos, iconográficos, cartográficos e sonoros) presentes em arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e pesquisa, igrejas, ordens e congregações, cartórios e em mãos de particulares. A publicação do Guia abre novas possibilidades de pesquisa que poderão ser efetuadas com maior planejamento e economia de recursos.

Para viabilização desse projeto, cuja conclusão é prevista para 1988, espera-se contar com as mais diferentes colaborações, especialmente de instituições possuidoras de acervo documental ou estudiosos do tema. O projeto tem como Secretário Executivo Vitor Manoel Marques da Fonseca e conta com a colaboração de funcionários do Arquivo Nacional. Maiores informações poderão ser obtidas no Arquivo Nacional, Rua Azeredo Coutinho, 77, Rio de Janeiro, CEP 20230. Telefones (021) 242-7255 e 242-6399 ou no Arquivo Público do seu Estado.

Artes e Comunidades

O Instituto Nacional do Folclore (Funarte) está desenvolvendo os projetos *Afro-Brasileiros e Estudos das Comunidades Negras*, coordenados pelos professores Raul Lody e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

Os projetos afro-brasileiros têm como objetivo a documentação e divulgação das coleções de peças africanas e afro-brasileiras existentes no país.

O projeto de pesquisa Estudos das Comunidades Negras vem sendo desenvolvido na área de Quissamã, Rio de Janeiro, e propõe-se a verificar a inserção de grupos familiares negros no processo social mais abrangente, dando especial ênfase ao estudo da Umbanda/Macumba nessa mediação.

As questões relativas à presença do negro no Brasil estão no quadro amplo de preocupações do Instituto, que tem editado livros, discos compactos e cadernos de Folclore. Maiores informações: Rua do Catete, 179 — Rio de Janeiro, RJ — CEP 22220.

Elites Republicanas

O programa de pesquisa de história do Rio de Janeiro do CPDOC/FGV (Praia de Botafogo, 190/1213, CEP 22253, Rio de Janeiro, RJ) está desenvolvendo trabalho de investigação sobre a concepção das elites fluminenses e o trabalhador negro na 1.ª República.

A pesquisa, coordenada pelos professores Marieta de Moraes e Renato Lemos, pretende abordar a questão em dois momentos específicos: durante a primeira década republicana — quando ainda era hegemônica politicamente a geração for-

mada durante o Império escravista —, e o período seguinte, de ascensão e consolidação de um novo grupo dirigente liderado por Nilo Peçanha (1898-1922).

As fontes utilizadas serão: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio; relatórios de presidentes do Estado; relatórios dos secretários-gerais; jornais e publicações diversas.

Núcleo da Cor

O Núcleo da Cor, entidade do Laboratório de Pesquisa Social do Instituto de Filosofia e Ciências da UFRJ, sob a coordenação da Prof.^a Yvonne Maggie, está promovendo estudos sobre as relações raciais entre pretos e brancos no Brasil.

Para isso realiza uma série de atividades com o fim de reunir pessoas que estejam lidando com essa temática.

A coordenação dos trabalhos será composta por três professoras e um estudante, indicados pelos componentes do grupo e o ingresso no Núcleo tanto pode ser feito através de convite como por proposta do candidato.

As atividades básicas serão as seguintes: um seminário visando debater questões relativas à Abolição, em maio de 1987; um grupo de estudo interno que realizará reuniões nas últimas quintas-feiras de cada mês, sempre a partir das 14 horas, na sala de reunião do Laboratório de Pesquisa Social; e finalmente, um curso optativo a nível de graduação a partir de março de 1987, sobre as relações raciais no Brasil.

Maiores informações poderão ser obtidas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Largo de São Francisco n.º 1, sala 109, Rio de Janeiro, CEP 20051.